

JOURNAL *of* LAW *and* REGULATION

October 2017

O que podemos aprender com a teoria do direito orientada à política?

Políticas públicas de enfrentamento à corrupção: a formação de agenda

Agenda-Setting e o Novo Marco Regulatório do Cooperativismo

O licenciamento ambiental como instrumento de gestão sustentável da política de planificação do espaço marítimo brasileiro

A relevância da participação social na formulação de políticas públicas

Airbnb e Regulação Responsiva: uma análise do Projeto de Lei do Senado nº 748/2015

Global regulation of international intellectual property through Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIPS): The European Union and Brazil

O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência em parceria com o Ministério Público: ampliando eficácia pela regulação responsiva

A regulação ad hoc nas decisões do CADE

A tomada da decisão ambiental no Chile: o papel do órgão regulador e da participação cidadã no processo administrativo de avaliação de impactos ambientais

CC BY 4.0
Free Cultural Work

Permanent Identifier for the Web
The Journal and each article individually at

LexML

<http://lexml.gov.br/urn:urn:lex:br:redede.virtual.bibliotecas:revista:2015:001079346>

Volume 1, Issues 1 and 2, May 2015 and October 2015 (21 double-blind peer-reviewed articles published)

Volume 2, Issues 1 and 2, May 2016 and October 2016 (30 double-blind peer-reviewed articles published)

Volume 3, Issue 1 and 2, May 2017 and October 2017 (26 double-blind peer-reviewed articles published)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R454 Revista de Direito Setorial e Regulatório = Journal of Law and Regulation / Núcleo de Direito Setorial e Regulatório = Research Center on Law and Regulation. - v.3, n.2 - (2017) - Brasília: Universidade de Brasília, 2017.
v. 3

ISSN 2446-550X
EISSN 2446-5259

1. Direito - Periódicos. 2. Regulação. I. Núcleo de Direito Setorial e Regulatório. II. Título: Revista de Direito Setorial e Regulatório.

CDU: 349

© THE AUTHORS 2017. PUBLISHED BY UNIVERSITY OF BRASILIA SCHOOL OF LAW RESEARCH CENTER ON LAW AND REGULATION. THIS IS AN OPEN ACCESS JOURNAL DISTRIBUTED UNDER THE TERMS OF THE CREATIVE COMMONS ATTRIBUTION 4.0 INTERNATIONAL (CC BY 4.0), WHICH PERMITS TO REPRODUCE AND SHARE THE LICENSED MATERIAL, IN WHOLE OR IN PART, PRODUCE, REPRODUCE, AND SHARE ADAPTED MATERIAL, PROVIDED THE ORIGINAL WORK IS NOT ALTERED OR TRANSFORMED IN ANY WAY, AND THAT THE WORK IS PROPERLY CITED.

REVISTA *de* DIREITO SETORIAL *e* REGULATÓRIO

Outubro de 2017

O que podemos aprender com a teoria do direito orientada à política?

Políticas públicas de enfrentamento à corrupção: a formação de agenda

Agenda-Setting e o Novo Marco Regulatório do Cooperativismo

O licenciamento ambiental como instrumento de gestão sustentável da política de planificação do espaço marítimo brasileiro

A relevância da participação social na formulação de políticas públicas

Airbnb e Regulação Responsiva: uma análise do Projeto de Lei do Senado nº 748/2015

Global regulation of international intellectual property through Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIPS): The European Union and Brazil

O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência em parceria com o Ministério Público: ampliando eficácia pela regulação responsiva

A regulação ad hoc nas decisões do CADE

A tomada da decisão ambiental no Chile: o papel do órgão regulador e da participação cidadã no processo administrativo de avaliação de impactos ambientais

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Direito
Núcleo de Direito Setorial e Regulatório

J.L.R. Masthead

Journal of Law and Regulation

ISSN 2446-550X – EISSN 2446-5259

University of Brasilia Center on Law and Regulation (School of Law)

Universidade de Brasília
Faculdade de Direito
Núcleo de Direito Setorial e Regulatório
Campus Universitário de Brasília
Brasília, DF, CEP 70919-970
Caixa Postal 04413, Brasil
Tel.: +55(61)3107-0713
ndsr@unb.br

Periodicity

The J.L.R. publishes two annual issues released on May and October uninterrupted since May 2015.

Mission/Scope/Focus/Areas of Expertise/Emphasis

The Journal of Law and Regulation mission is to publish legal and interdisciplinary analyses on regulated sectors phenomena, such as, but not limited to, sanitation, education, health, energy, natural resources, telecommunications, land transportation, civil aviation, manufacturing, agriculture, shipping, navigation and navigable waters, trade and exchange, financial system, and so forth, emphasizing national and foreign experiences through the lenses of regulatory theories.

INFORMATION FOR AUTHORS AND READERS

Submission process and Criteria for the Double-Blind Peer Review Process

The journal hosts only original articles and the authors are requested to submit them through the website of the University of Brasilia Center on Law and Regulation (<http://www.ndsr.org/SEER/index.php>). The journal adopts the double-blind peer review process and each reviewer rates the article according to the article quality (10%), theoretical relevance (10%), originality (10%), adherence to the journal's topics of interest (10%), manuscript presentation (10%), reviewer's assessment (50%).

Languages

The journal accepts articles in Portuguese, English, Spanish, French and Italian.

Format for in-text Citations and References

The journal adopts the ABNT NBR (Brazilian Association of Technical Standards) citation and reference format.

Abstract and Keywords

The journal adopts structured abstracts with clear indication of purpose, methodology/approach/design, findings, practical implications, and originality/value of the papers. Keywords should depict the actual content of the article and be limited to five, according to the ABNT NBR 6028 standard.

Authorship of the paper

Authorship should be limited to those who have made a significant contribution to the conception, design, execution, or interpretation of the reported study. All those who have made significant contributions should be listed as co-authors and their specific contribution should be listed at the end of the article after the double-blind peer review process. Where there are others who have participated in certain substantive aspects of the research project, they should be acknowledged in a footnote or listed as contributors. All authors should be identified in a footnote after the review process with their academic status, institutional activities and email.

Copyright

The journal is an open access journal distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY 4.0), which permits to reproduce and share the licensed material, in whole or in part, produce, reproduce, and share adapted material, provided the original work is not altered or transformed in any way, and that the work is properly cited.

Disclosure and Conflicts of Interest

All authors should disclose in their manuscript any financial or other substantive conflict of interest that might be construed to influence the results or interpretation of their manuscript. All sources of financial support for the project should be disclosed. Examples of potential conflicts of interest which should be disclosed include employment, consultancies, stock ownership, honoraria, paid expert testimony, patent applications/registrations, and grants or other funding. Potential conflicts of interest should be disclosed at the earliest stage possible.

Disclaimer and Liability

The editorial board accepts articles for educational and informational purposes only and should not be used to replace either official documents or professional advice. The information contained in this journal is not guaranteed to be up to date and does not provide legal advice. Any views expressed in the published articles are exclusively of their authors and should not be construed as an endorsement by the University of Brasilia or the editorial board of the article content or authors' views.

Expediente da RDSR

Revista de Direito Setorial e Regulatório
ISSN 2446-550X – EISSN 2446-5259

Núcleo de Direito Setorial e Regulatório da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília

Universidade de Brasília
Faculdade de Direito
Núcleo de Direito Setorial e Regulatório
Campus Universitário de Brasília
Brasília, DF, CEP 70919-970
Caixa Postal 04413, Brasil
Tel.: +55(61)3107-0713
ndsr@unb.br

Periodicidade

A RDSR publica números semestrais em maio e outubro de forma ininterrupta desde maio de 2015.

Missão/Esopo/Enfoque/Temática/Ênfase

A Revista de Direito Setorial e Regulatório da UnB tem por missão a publicação de artigos sobre fenômenos setoriais e regulatórios sob o enfoque exclusivamente jurídico ou interdisciplinar, alcançando todos os temas de interesse dos diversos setores regulados, tais como saneamento, educação, saúde, energia, recursos naturais, telecomunicações, radiodifusão, transportes terrestres, transportes marítimos, navegação de cabotagem, navegação interior, aviação civil, sistema financeiro, infraestrutura aeroportuária, produção agrícola, produção industrial, entre outros, com ênfase na análise de bases empíricas setoriais nacionais e internacionais a partir de teorias regulatórias.

INSTRUÇÕES AOS AUTORES E INFORMAÇÕES AOS LEITORES

Submissão de artigos e Critérios para Dupla Revisão Cega por Pares

A Revista de Direito Setorial e Regulatório somente aceita artigos originais, que devem ser submetidos exclusivamente no sítio eletrônico do Núcleo de Direito Setorial e Regulatório da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília por intermédio do sistema eletrônico de submissões (<http://www.ndsr.org/SEER/index.php>), que adota o método de revisão duplo cego por pares, apoiados nos critérios de qualidade do conteúdo (10%), relevância teórica ou prática (10%), originalidade (10%), adequação à temática da Revista (10%), apresentação do trabalho (10%), recomendação geral do especialista revisor (50%).

Idiomas aceitos

A Revista de Direito Setorial e Regulatório aceita artigos escritos em português, inglês, espanhol, francês ou italiano.

Normas Bibliográficas e de Citações

A Revista adota o formato ABNT NBR (Associação Brasileira de Normas Técnicas) para citações e referências bibliográficas.

Resumos e Palavras-Chave

A Revista adota o modelo de resumos estruturados, mediante clara indicação do propósito, metodologia/abordagem/design, resultados, implicações práticas e originalidade/relevância do artigo. As palavras-chave devem refletir o real conteúdo do artigo, limitadas a cinco descritores, e conforme norma ABNT NBR 6028.

Autoria

A autoria dos artigos submetidos à Revista de Direito Setorial e Regulatório deve estar limitada às pessoas que tenham contribuído significativamente à concepção, design, execução ou interpretação dos resultados. Todos que tiverem contribuído significativamente para o trabalho devem ser listados como coautores, inserindo-se, posteriormente ao processo de revisão cega por pares, ao final do artigo, a indicação da contribuição de cada autor. Quando alguém houver participado em momentos específicos e relevantes do projeto de pesquisa pertinente, a ele(a) deve-se atribuir a condição de auxílio à pesquisa e referidos em nota de rodapé de agradecimento. Os autores devem estar identificados, após processo de revisão cega por pares, com sua formação pregressa e vinculação institucional, inclusive email.

Direitos Autorais

A Revista de Direito Setorial e Regulatório é de acesso aberto, nos termos da licença *Creative Commons Attribution 4.0 International* (CC BY 4.0), que permite a reprodução e o compartilhamento do material licenciado, no todo ou em parte, a produção, reprodução e compartilhamento do material adaptado, condicionado a que o trabalho original não seja alterado ou transformado de qualquer modo e que o trabalho seja adequadamente citado.

Conflito de Interesse

Todos os autores devem divulgar em seus artigos qualquer conflito de interesse, seja financeiro ou de outra natureza, que possa levar a influenciar os resultados ou a interpretação dos seus artigos. Todas as fontes de financiamento para o projeto de pesquisa pertinente devem ser divulgadas. Exemplos de conflitos de interesse potenciais que devem ser divulgados incluem vínculos empregatícios, consultorias, participação acionária, honorárias, perícia, registro de patentes, prêmios ou outro tipo de financiamento. Conflitos de interesse potenciais devem ser divulgados o quanto antes.

Indicação de Responsabilidade

A Comissão Editorial da Revista de Direito Setorial e Regulatório aceita artigos com a finalidade de divulgação científica, educacional ou meramente informativa. A Revista não deve ser utilizada como substitutivo a pesquisa de documentos oficiais ou à consulta profissional. Embora o Corpo Editorial da Revista preze pela qualidade e precisão de todos os artigos publicados, não há garantia de que a informação nela contida esteja atualizada, bem como ela não se destina a substituir a necessária consultoria advocatícia para quem dela necessite. Os dados e opiniões emitidas nos artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores correspondentes e não significam que a Universidade de Brasília, a Comissão Editorial ou qualquer membro do corpo editorial endossam seu conteúdo ou pontos de vista.

Invited Editor / Editora deste Número

Prof^ª. Ana Claudia Farranha (Universidade de Brasília, Faculdade de Direito)

Editorial Board / Conselho Editorial

Prof. Márcio Iorio Aranha	<i>Universidade de Brasília (UnB), Faculdade de Direito, Brasília/DF, BRASIL</i>
Prof. Ana Frazão	<i>Universidade de Brasília (UnB), Faculdade de Direito, Brasília/DF, BRASIL</i>
Prof. Andre Rossi de Oliveira	<i>Utah Valley University, School of Business, Finance and Economics, Orem/UT, USA</i>
Prof. Andreas J. Krell	<i>Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Direito de Alagoas, Maceió/AL, BRASIL</i>
Prof. Ang Peng Hwa	<i>Nanyang Technological University, College of Humanities, Arts & Social Sciences, Wee Kim Wee School of Communication and Information, SINGAPORE</i>
Prof. Carina Costa de Oliveira	<i>Universidade de Brasília (UnB), Faculdade de Direito, Brasília/DF, BRASIL</i>
Prof. Clara Luz Álvarez González de Castilla	<i>Universidad Panamericana, Facultad de Derecho, Ciudad de México, MÉXICO</i>
Prof. Diego Cardona	<i>Universidad de Rosario, Escuela de Administración, Ciencias de la Dirección, Bogotá, COLOMBIA</i>
Prof. Francisco Sierra Caballero	<i>Universidad de Sevilla, Facultad de Comunicación, Sevilla/Andaluzia, ESPAÑA</i>
Prof. Hernán Galperin	<i>University of Southern California, Annenberg School for Communication and Journalism, Los Angeles/CA, USA</i>
Prof. Joaquín Cayón de las Cuevas	<i>Universidad de Cantabria, Facultad de Derecho, Departamento de Derecho Privado, Santander/Cantabria, ESPAÑA</i>
Prof. Jorge Luis Tomillo Urbina	<i>Universidad de Cantabria, Facultad de Derecho, Departamento de Derecho Privado, Santander/Cantabria, ESPAÑA</i>
Prof. Juan Manuel Mecinas Montiel	<i>Center for Economic Research and Teaching – CIDE, Ciudad de México, MÉXICO</i>
Prof. Judith Mariscal	<i>Center for Economic Research and Teaching – CIDE, Ciudad de México, MÉXICO</i>
Prof. Liliana Ruiz de Alonso	<i>Universidad San Martín de Porres, Instituto del Perú, Lima, PERÚ</i>
Prof. Lucas Sierra	<i>Universidad de Chile, Escuela de Derecho, Santiago de Chile, CHILE</i>
Prof. Marcos Paulo Veríssimo	<i>Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Direito, Departamento de Direito do Estado, São Paulo/SP, BRASIL</i>
Prof. Maria Célia Delduque Nogueira Pires de Sá	<i>Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Programa de Direito Sanitário, Rio de Janeiro/RJ, BRASIL</i>
Prof. Martha Garcia-Murillo	<i>Syracuse University, School of Information Studies, Syracuse/NY, USA</i>
Prof. Nicola Matteucci	<i>Università Politecnica delle Marche, Dipartimento di Scienze Economiche e Sociali, Platform Economics, Industrial Organization, Law and Economics, Ancona/Marche, ITALIA</i>
Prof. Raúl Katz	<i>Columbia University, Columbia Institute for Tele-Information, New York/NY, USA</i>
Prof. Roberto Muñoz	<i>Universidad Técnica Federico Santa María, Departamento de Industrias, Valparaíso/Valparaíso, CHILE</i>
Prof. Sandrine Maljean-Dubois	<i>Université d'Aix-Marseille, Centre d'Etudes et de Recherches Internationales et Communautaires, Aix-en-Provence, FRANCE</i>
Prof. Vinícius Marques de Carvalho	<i>Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Direito, Departamento de Direito Comercial, São Paulo/SP, BRASIL</i>

e-Copyeditors / Editores de Conteúdo Eletrônico

André Moura Gomes e Marcos Urupá

Double-blind Peer-Reviewers / Avaliadores cegos por pares

Adriano Henrique, André Melo Gomes Pereira, Bruna Pinotti Garcia, Catalina Gutierrez Gongora, Giselle Borges, Guilherme Del Negro, Joanir Rigo, João Gabriel Alvares, Jorge Ortega, José Vieira, Lauro Brito, Marcelo Lima, Murilo Borsio Bataglia, Patrícia Dias, Paulo Spolidorio, Rafael Furtado, Raquel Lima, Roberta Gonçalves, Rodrigo Lopes, Ronaldo Bach da Graça, Sales Martins.

Dear Reader,

This is the second edition of the third volume of the University of Brasilia Journal of Law and Regulation (JLR). For this number of the journal we bring forward some articles about public policies. We have two sessions: one with different cases in public policies and the other session dedicated to cases and approaches on regulation.

In the first session, the articles reflect the choice of this journal in using the classic literature on analysis of public policies and by framing a discussion with cases in Brazil. The first article correlates some topics in law theory and policy analysis. The second highlights public policies to combat corruption. The third article deals with cooperativism and apply the agenda setting to clarify the main question for this policy. The next article focuses on the understanding of the role of environmental licensing as a tool for public policies, and the last article discusses the importance of the participation in the formulation phase of public policies.

The second session gathers cases that pinpoint different topics in the regulatory theory. Thus the first article applies a responsive theory of regulation as its theoretical framework and examines the case of AirBnB. The next article delves into the internet regulation and the following article analysis the global regulation of international intellectual property and examines the cases of the European Union and Brazil. The last three articles focus on the competition law and responsive regulation, ad hoc decisions of the Administrative Council of Economic Defense, and the subject of environment through the lenses of public policies and regulation theories.

We hope you will enjoy reading this volume wishing as well that these ideas can stimulate the academic and applied researches debate.

Sincerely,

Prof. Ana Claudia Farranha
Invited Editor of this issue of the Journal of Law and Regulation
(October/2017)

Caro leitor,

Esta é a segunda edição do terceiro volume da Revista de Direito e Regulação da Universidade de Brasília (JLR). Para este número da revista, apresentamos alguns artigos sobre políticas públicas. Temos duas sessões: uma com casos diferentes em políticas públicas e outra com casos e abordagens sobre a questão da regulação.

Na primeira sessão, os artigos refletem a escolha desta revista no sentido de usar literatura clássica na análise de políticas públicas e criar uma discussão com alguns casos no Brasil. O primeiro artigo mostra alguns tópicos da teoria do direito lei orientada à política. O segundo destaca políticas públicas para combater a corrupção. No terceiro artigo publicado apresenta-se o tema cooperativismo, discutindo-se a construção da agenda de forma a compreender a questão principal para esta política. Após esta discussão, apresenta-se a compreensão do papel do licenciamento ambiental como ferramenta para políticas públicas, e o último artigo discute a importância da participação na fase de formulação das políticas públicas.

A segunda sessão tem como principal assunto os casos que abordam os diferentes tópicos da teoria da regulação. Assim, o próximo artigo deste volume tem a teoria responsiva da regulação como um tópico teórico e examina o caso da AirBnB, à luz de uma proposta de lei da regulamentação deste setor no Senado Federal (Projeto 748/2015). O próximo artigo trata sobre uma regulação da internet e o seguinte artigo trata da regulação global da propriedade intelectual internacional e examina os casos da União Européia e do Brasil. Os últimos três artigos enfocam a lei da concorrência e a regulação responsiva, as decisões ad hoc do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Conselho Administrativo de Defesa da Economia- CADE), e a experiência chilena na tomada de decisão ambiental, utilizando alguns conceitos de políticas públicas e teoria da regulação.

Esperamos que você goste de ler este volume e esperamos que essas ideias possam estimular os debates de forma acadêmica ou em pesquisas aplicadas.

Atenciosamente,

Prof. Ana Claudia Farranha

Editora Convidada deste número da Revista de Direito Setorial e Regulatório (Outubro/2017)

TABLE OF CONTENTS / SUMÁRIO

Articles / Artigos

O que podemos aprender com a teoria do direito orientada à política? (Guilherme Del Negro)

[What can we learn from policy-oriented jurisprudence?]	1
Introduction	2
Harold Lasswell e o ciclo da política pública	2
Lasswell, McDougal, o ensino jurídico e a prática do direito	6
Reflexões sobre o ensino jurídico	6
Reflexões sobre a teoria do direito	9
Afinal, o que podemos aprender com a teoria do direito orientada à política?	14
Propostas para o ensino jurídico	15
Propostas para a prática do direito	16
Perspectivas para a judicialização	17
Referências Bibliográficas	19

Políticas públicas de enfrentamento à corrupção: a formação de agenda (Murilo Borsio Bataglia)

[Public Policies of Fighting Corruption: The Agenda Setting]	21
Introduction	22
Conceito de políticas públicas e seus ciclos	23
A fase de formação da agenda	25
Análise acerca das 10 medidas de combate à corrupção	29
Corrupção e contexto político-institucional	29
As medidas de combate à corrupção	33
Fase legislativa: audiências públicas, atores e projeto final	35
Análise da formação da agenda sobre as medidas de combate à corrupção	37
Conclusão	39
Referências Bibliográficas	41

Agenda-Setting e o Novo Marco Regulatório do Cooperativismo (Giselle Borges Alves)

[Agenda-Setting and the New Regulatory Framework of Cooperativism]	47
Introdução	48
Cooperativismo, Desenvolvimento e Representatividade	49
O espaço da Frente Parlamentar: entre o Lobby e a Advocacy	53
A problematização como desafio	56
O Processo de Agenda-Setting	58
Dificuldades regulamentares e perspectivas	61

A Inclusão do Cooperativismo como Política Pública Governamental	65
Considerações Finais	67
Referências Bibliográficas	70

O licenciamento ambiental como instrumento de gestão sustentável da política de planificação do espaço marítimo brasileiro (Raquel Araújo Lima) 73

[Environmental Licensing Process as an Instrument for the Sustainable Management of the Brazilian Marine Planning]

Introdução	74
A política de planificação do espaço marítimo brasileiro: a necessária discussão na agenda governamental	76
O Estado planificador do espaço marítimo	77
O contexto europeu: a Diretiva 2014/89/EU	81
O licenciamento ambiental e sua função de gestão sustentável	84
O Licenciamento Ambiental no Meio Marinho	85
O Licenciamento como Instrumento de Efetivação do Princípio do Desenvolvimento Sustentável	89
Conclusão	90
Referências Bibliográficas	91

A relevância da participação social na formulação de políticas públicas (Lauro Gurgel de Brito) 95

[The Relevance of Social Participation in the Proposal of Public Policies]

Introdução	96
Formulação de políticas públicas	97
O Projeto de Lei nº 461/2014 e a desarticulação política	100
Benefícios advindos da participação social	103
Legitimidade das decisões políticas	104
Transparência e controle social	106
Ética da Alteridade	107
Desenvolvimento como Liberdade	107
Conclusão	108
Referências Bibliográficas	109

Airbnb e Regulação Responsiva: uma análise do Projeto de Lei do Senado nº 748/2015 (Sales Martins) 113

[Airbnb and Responsive Regulation: an analysis of the Senate draft bill number 748/2015]

Introdução	114
Economia de compartilhamento e o Airbnb	115
Teoria da Regulação Responsiva	121
Projeto de Lei do Senado nº 748/ 2015: uma resposta adequada?	125
Conclusão	128

Global regulation of international intellectual property through Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIPS): The European Union and Brazil (Delphine Aurélie Laurence Defossez) 131

Introduction	131
Theoretical background	133
Historical background	134
The post-TRIPS framework	136
Declared goals v. Model adopted	138
The direct effect question	139
The European Union	141
Prior to Lisbon	143
Conflicts with the provision of the Lisbon Treaty	145
Declared goals v. Model adopted	138
Brazil	151
Baldwin's five criteria for good regulation	154
Conclusion	154
References	155

O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência em parceria com o Ministério Público: ampliando eficácia pela regulação responsiva (Vitor Moreira Magalhães de Oliveira) 161

[Brazilian Antitrust Enforcement System in cooperation with the Department of Justice: Increasing Effectiveness through Responsive Regulation]

Introdução	162
O Conceito de mercado Relevante e seu dilema estatal	163
A Regulação Responsiva de Braithwaite e as diferentes formas de se intervir com o Estado	166
A aproximação do MP ao CADE para combater condutas anticompetitivas: uma possibilidade regulatória	169
Conclusão	171
Referências Bibliográficas	171

A regulação ad hoc nas decisões do CADE (Tereza Cristine Almeida Braga) 173

[Ad hoc regulation in CADE's decisions]

Introdução	174
O CADE como criador de normas jurídicas	175
Instrumentos regulatórios extra legem	177
O CADE como regulador	181
Considerações finais	188
Referências Bibliográficas	189

A tomada da decisão ambiental no Chile: o papel do órgão regulador e da participação cidadã no processo administrativo de avaliação de impactos ambientais (Jorge Aranda Ortega) 191

[Environmental Decision Making in Chile: The Role of the Regulatory Agency and Citizen Participation in the Environmental Impact Assessment]

Introdução	192
A questão da implementação da política pública ambiental no Chile: quando o implementador se torna indiretamente o tomador de decisão	193
Da ditadura até o ingresso de Chile à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Da inexistência de institucionalidade à diferenciação de funções	193
O executor de políticas como tomador de decisão: a omissão política do Ministério de Meio Ambiente e do Conselho de Ministros para a Sustentabilidade	197
A lógica da ação coletiva no processo administrativo de licenciamento ambiental: os empreendedores contra a sociedade civil	200
Evidência nos processos de licenciamento, considerados pelo Instituto Nacional de Direitos Humanos como conflitos ambientais	203
Caso 1: Projeto de mineração “El Morro”	203
Caso 2: Projeto de usina hidroelétrica “Hidroaysén”	205
Conclusões	207
Referências Bibliográficas	208

Dados da Publicação e Normas para Submissão de Manuscritos 209

[Journal Info and Manuscript Submission Process]